



FEMINISMOS E ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA: POSSIBILIDADES DE DIÁLOGO ENTRE DUAS ÁREAS DO CONHECIMENTO

Feminism and Person-Centered Approach: possibilities of dialogue between
two areas of knowledge

LARISSA DOS REIS STELLA*

Feminismo y Enfoque Centrado en la Persona: posibilidad de diálogo entre
dos áreas del conocimiento

Resumo: Não é possível precisar quando começou a exploração de gênero, nem a negação de direitos aos grupos marginalizados, mas é viável a definição dos momentos em que a luta feminina se fortaleceu e mudou o curso da história da humanidade. Todo o sistema capitalista é pautado na exploração humana, que gera impactos na subjetividade daqueles que compõem essa coletividade. A Abordagem Centrada na Pessoa, enquanto linha teórico-prática da Psicologia, é capaz de dar conta daqueles que sofrem as consequências dessas desigualdades, ao compreender e acolher questões emocionais e psíquicas. O presente artigo busca identificar possíveis pontos de encontro entre os Feminismos e a ACP e, para chegar-se a eles, são expostos panoramas gerais dos Feminismos - sua definição e principais momentos de levante - e da Abordagem, explicitando sua visão de ser humano e principais aspectos da atuação clínica. A sinergia entre ambos se torna explícita ao perceber-se que enquanto os Feminismos batalham por mudanças na ordem desse sistema que impõe violências aos indivíduos, a ACP possibilita ao sujeito autonomia para além das opressões. Ambas as áreas de conhecimento - e atuação prática - se complementam, alcançando espaços que não dão conta quando tratadas individualmente.

Palavras-chave: Feminismo; Movimento Feminista; Abordagem Centrada na Pessoa; ACP.

Abstract: It is not possible to determine when gender exploitation began or when the denial of rights to marginalized groups started, but it is possible to define the moments when the women's struggle strengthened and changed the course of human history. The entire capitalist system is based on human exploitation, which impacts the subjectivity of those who form this collective. Person-Centered Approach, as a theoretical-practical line in Psychology, is capable of addressing the consequences of these inequalities by understanding and embracing emotional and psychological issues. This article aims to identify possible points of convergence between Feminisms and PCA. To achieve this, general overviews of Feminisms - their definition and major moments of uprising - and the Person-Centered Approach are presented, clarifying its view of the human being and the main aspects of clinical practice. The synergy between both becomes evident as Feminisms fight for changes in the order of this system that imposes violence on individuals, while PCA enables individuals to have autonomy beyond oppressions. Both areas of knowledge - and practical action - complement each other, reaching spaces that cannot be fully addressed individually.

Keywords: Feminism; Feminism Movement; Person-Centered Approach; PCA.

Resumen: No es posible precisar cuándo empezó la explotación de género, ni la negación de derechos a los grupos marginados, pero es viable definir los momentos en que la lucha femenina se fortaleció y cambió el curso de la historia. Todo el sistema capitalista se basa en la exploración humana, lo que genera impactos en la subjetividad de aquellos que forman esta colectividad. El Enfoque Centrado en la Persona, como línea teórico-práctica de la Psicología, es capaz de abordar las consecuencias de estas desigualdades al comprender y acoger cuestiones emocionales y psíquicas. Este artículo busca identificar posibles puntos de encuentro entre los Feminismos y el ECP, y para lograrlo, se presentan panoramas generales de los Feminismos - su definición y principales momentos de levantamiento - y del ECP, explicitando su visión del ser humano y los principales aspectos de la actuación clínica. La sinergia entre ambos se vuelve evidente al percibir que mientras los Feminismos luchan por cambios en el orden de este sistema que impone violencias a los individuos, el ECP posibilita la autonomía del sujeto más allá de las opresiones. Ambas áreas de conocimiento -y actuación práctica- se complementan, alcanzando espacios que no pueden ser abordados completamente de manera individual.

Palabras-clave: Feminismo; Movimiento Feminista; Enfoque Centrado en la Persona; ECP.

*Psicóloga de Recife, PE, Brasil. Email: larissareisstella@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-8514-4086>



Introdução

Machismo, patriarcado e misoginia, dentre tantas outras, são palavras que ganharam notoriedade e conceitos que foram popularizados graças à luta por libertação das mulheres. A desigualdade de gênero é uma característica presente nas mais diversas sociedades e, como forma de enfrentamento, a luta feminina organizada e em busca de equidade, ganha destaque a partir do século XIX.

As relações de gênero são historicamente construídas e possuem em seu cerne a marca da desigualdade (Ferreira, Scherer e Aguinsky, 2012). O sexismo tem impacto social e individual e compreender as extensões desses danos é tão importante quanto se levantar em busca do fim deles. Audre Lorde (1984, p.137) ressalta a importância da organização coletiva para a conquista de mudanças sociais ao afirmar que “sem comunidade não há libertação, apenas o mais vulnerável e temporário armistício entre uma mulher e sua opressão”. A autora segue ressaltando que compor uma coletividade, entretanto, não deve significar o descarte das diferenças entre os indivíduos.

O feminismo, enquanto movimento filosófico, político e social, que busca a equidade entre os gêneros (Mendonça, 2019) por meio de libertação aos grupos oprimidos, é capaz de mobilizar mudanças em aspectos coletivos na sociedade. A psicologia, por sua vez, direciona seu olhar aos indivíduos que sofrem as consequências das desigualdades impostas pelo capitalismo, compreendendo e acolhendo questões emocionais e psíquicas.

A Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), como uma das áreas de conhecimento dentro da psicologia, é parte fundamental da prática clínica de muitos psicólogos e psicoterapeutas. Compreender como essa linha teórica é capaz de unir-se aos Feminismos e produzir cuidado à saúde mental é entender e reforçar que a psicologia não anda só, mas faz-se parceira do fortalecimento individual que impacta a coletividade, bem como coloca-se contrária aos mecanismos de opressão vigentes na nossa sociedade.

É pautado nessa perspectiva que o presente artigo busca identificar possíveis pontos de encontro entre os Feminismos e a ACP, sejam em suas proposições teóricas, suas formas de atuação, ou seus impactos. Para chegar-se a essas possíveis convergências, inicialmente são expostos panoramas gerais dos Feminismos, bem como sua definição e seus principais momentos de levante, conhecidos como ondas, e da Abordagem, trazendo à tona sua visão de ser humano e principais aspectos da atuação clínica.

Ao tratar desse assunto, este trabalho abre portas para novos estudos que aproximem a Abordagem Centrada na Pessoa de aspectos de interseccionalidade, uma vez que ainda existem poucas produções conectando esses dois campos. Por se tratar de um estudo exploratório, espera-se que novos olhares se somem a esses esforços, com o objetivo de manter a Abordagem atualizada e conectada a pontos tão importantes do funcionamento social.

Feminismo: Um Movimento Plural

“[...] Um oceano no qual continuam navegando as pessoas
que há três séculos não perdem o sonho arrojado de fazer com que todos
e todas pisemos a mesma terra ao nascer, tendo as mesmas
possibilidades de desfrutar seus bens e de afrontar seus males”
(Arruzza, Bhattacharya e Fraser, 2019).

O feminismo é um movimento político-social que luta pelo atendimento às necessidades e por direitos das mulheres e grupos marginalizados. Embora existam inúmeras vertentes desse movimento, inclusive com ideias opostas entre si, neste trabalho o enfoque será pautado no olhar do feminismo dos 99%, elaborado por Arruzza *et al.* (2019), que se direciona à maioria das mulheres pobres e da classe trabalhadora, das mulheres racializadas e das migrantes, das mulheres *queer*, das trans e das mulheres com deficiência, das mulheres encorajadas a enxergar a si mesmas como integrantes da “classe média” enquanto o capital as explora, e que também defende todas as pessoas que são exploradas, dominadas e oprimidas.

Essa luta faz parte de uma constante construção que teve início no século XIX e é viva e potente até os dias de hoje. Como forma de marcação temporal, utiliza-se o termo “ondas feministas” para definir momentos de maior concentração dessa luta política ao longo da história. A analogia vem da ideia de impulsos dinâmicos que se superpõem, que ressurgem com nova força, em diferentes praias.

As ondas do feminismo são compostas de muito esforço anônimo e coletivo ao longo do tempo e em diferentes territórios e culturas ao redor do globo (Arruzza *et al.*, 2019). Apesar disso, e com certeza não por acaso, os estudos em relação a esse movimento concentram seus olhares para a Europa e os Estados Unidos.



Considera-se a primeira onda marcada por tensões iniciadas na Europa Iluminista (Rubio, 2017), momento em que mulheres como Mary Wollstonecraft, Olympe de Gouges, Condorcet e Poulain de la Barre exigiam reconhecimento de suas existências enquanto indivíduos, cidadãs com direitos e seres pensantes, assim como os homens eram vistos - e valorizados - naquele período. Buscavam participação no contrato social e possibilidade de escolha em relação às próprias vidas.

Na segunda, a demanda por cidadania se manteve, dessa vez acrescentando-se o direito à participação política e ao voto, acesso à educação e igualdade salarial (Rubio, 2017). É importante destacar o fato de que as sufragistas, como ficaram conhecidas as ativistas dessa época, eram mulheres brancas e burguesas, o que explica a falta de demandas específicas da realidade de mulheres negras, que já estavam inseridas no mundo do trabalho desde os tempos da escravidão, mas seguiam - e seguem - como a base da pirâmide social, sendo negligenciadas em direitos básicos. Na verdade, as mulheres brancas da época não só ignoravam as demandas específicas das mulheres negras, como tinham posicionamentos de explícito racismo quando tratavam de direitos aos homens negros.

Segundo Davis (1981), as sufragistas acreditavam que o fim da escravidão havia “igualado” a população negra às mulheres brancas e, portanto, a garantia de voto aos homens negros torná-los-ia superiores a elas. Inclusive, Elizabeth Cady Stanton, uma feminista que lutava pelo direito das mulheres ao voto, já antes da Guerra Civil dos Estados Unidos, afirmou que as feministas tiveram um erro estratégico ao apoiarem as causas abolicionistas, durante a guerra, uma vez que, passado esse momento, o reconhecimento e o espaço político delas foi substituído por energia para a reconstrução da sociedade, que aconteceu explicitamente entre homens brancos e ricos.

Em 1851, como resposta a esse posicionamento elitizado do movimento sufragista, a ex-escravizada Sojourner Truth se levanta e faz um discurso memorável, que posteriormente ficou conhecido por “E eu não sou uma mulher?” (Truth, 2014). O discurso de Sojourner aponta inúmeras diferenças nas realidades e necessidades de mulheres negras e brancas. Sojourner desestabiliza a ordem social daquele momento ao romper com o silenciamento ao qual mulheres negras eram impostas e escancara verdades que eram estrategicamente negligenciadas por um movimento de libertação feminina exclusivamente branco.

Na primeira metade do século XX, a publicação do livro *O Segundo Sexo* (Beauvoir, 1949), torna-se marco importantíssimo na história feminista, uma vez que a autora traz o conceito de gênero enquanto construção social, o que permite o questionamento e reforça a ideia de que os papéis de gênero não são inatos e, portanto, podem ser alterados e reformulados. Com isso, o movimento ganha força novamente, entrando em sua terceira onda, e passa a apontar desigualdades entre homens e mulheres, principalmente no campo do trabalho (Rubio, 2017) - dando margem para futura discussão sobre o trabalho não remunerado exaustivamente exercido por mulheres. No Brasil, essa onda é atravessada pela ditadura civil-militar e em 1980 as pautas feministas se aproximam dos movimentos populares que ganhavam força à época na luta pela democracia.

O debate impulsionado pela quarta, e atual, onda do feminismo agrega às pautas específicas das mulheres o olhar sobre a população LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, queer, intersexo, assexuais, pansexuais, não binários e outros) e inclui homens e meninos na condição de aliados, assim como indivíduos afetados pelo machismo, ainda que de diferentes maneiras quando comparados às mulheres. Essa fase de lutas tem seu início sugerido por volta de 2012 (Rubio, 2017) e caracteriza-se pela busca de justiça em relação a corpos e direitos, envolvendo desde questões relacionadas à pressão estética, a leis que garantam aborto seguro e legalizado, licença maternidade e liberdade reprodutiva. Também são pautas dessa onda a luta pelo fim do assédio sexual e do feminicídio.

Ainda que a produção intelectual da terceira onda feminista tenha possibilitado o início das discussões sobre trabalho reprodutivo, é na quarta onda que esse assunto começa a se fortalecer - e popularizar. É importante pensar que, para a existência e manutenção de uma sociedade, pessoas se fazem necessárias. Produzir pessoas, mantê-las vivas, desenvolvê-las e moldá-las com atitudes, habilidades e competências que garantam a elas função social, é um trabalho complexo, custoso, tanto em energia, quanto em tempo e dinheiro, que é socialmente destinado às mulheres. E, principalmente, é um trabalho não pago.

O capitalismo se apropria o máximo possível desse trabalho de reprodução e cuidado, determinando que ele seja realizado em âmbito individual, da família nuclear, delegando à mulher a obrigatoriedade de gerar e formar novos seres humanos, enquanto aos homens o sistema entrega a possibilidade de não se envolverem nesse cuidado. Com isso, tem-se mulheres exaustas, silenciadas, dando conta de estruturar toda a base da força de trabalho que irá abastecer o capital (Federici, 2019).

A mulher, nesta sociedade, é vista como menos importante e descartável e quando consideramos a mulher negra, isso é ainda pior (Rocha, 2020). Mesmo dentro do movimento social das mulheres, o racismo despersonaliza e invisibiliza os problemas específicos e legítimos que afetam as vidas, bem como dores próprias da realidade de mulheres negras, o que as coloca numa posição de constante luta por visibilidade de sua negritude (Lorde, 1984).

Carneiro (2011) enumera os efeitos psíquicos do sexismo e do racismo sobre mulheres negras, quando diz que essa conjunção produz uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as esferas da vida, como danos à saúde mental, rebaixamento da autoestima, expectativa de vida menor em cinco anos, no confinamento às ocupações de menor prestígio e remuneração, entre tantos outros fatores.



É importante ressaltar que o feminismo não é um movimento homogêneo - por isso a escolha de tratá-lo no plural - e que diferentes vertentes vão abordar os temas sob perspectivas distintas, muitas vezes invisibilizando pautas ou surgindo com novas. O período de luta em relação ao sufrágio nos Estados Unidos é um grande exemplo dessa segmentação entre interesses das mulheres na busca por direitos.

Naquele contexto, mulheres brancas burguesas demandavam participação política de maneira a desconsiderar os atravessamentos de raça e classe que envolviam as outras mulheres do movimento. Segundo Davis (1981), elas não conseguiam perceber que tanto as mulheres da classe trabalhadora, quanto as mulheres negras estavam unidas a seus companheiros pela exploração de classe e pela opressão racista, pois, ainda que contestassem o comportamento sexista de seus parceiros, o inimigo comum era o padrão capitalista que subordinava a ambos, mulheres e homens, a salários miseráveis, condições de trabalho insuportáveis e discriminação racista e sexista.

Ainda que o movimento sufragista tenha se dado há mais de um século, encontrar vertentes feministas que ignorem, deliberadamente, questões de raça, classe, sexualidade e colonialidade é comum no momento atual. Assim como é possível perceber a organização de mulheres que, sob o discurso de libertação feminina, não se opõem a pisar naquelas menos privilegiadas para garantir seu lugar de destaque na manutenção do jogo capitalista (não há referência por ser uma elaboração da autora). Infelizmente, essas organizações femininas que não questionam a lógica exploratória em que estão inseridas acabam por reforçar a opressão sofrida por aquelas que deveriam ser vistas como suas companheiras de luta.

Além de divergências fundamentais, diferentes estratégias de atuação também são adotadas e a segmentação no movimento feminista se torna uma alternativa coerente para que as lutas se mantenham. Atualmente, as principais vertentes do feminismo são: negro, interseccional (Aguiar, 2015), marxista, socialista, (Reif, 2019), ecofeminismo (Botelho, 2022) e o feminismo decolonial (Lugones, 2019). Correntes como a liberal e o radical são popularmente conhecidas por não questionarem o modelo socioeconômico vigente, ou por terem discursos e ações transfóbicas, por isso, neste trabalho, não são classificadas, nem destacadas, como organizações de luta por direitos, uma vez que contribuem para a lógica de opressão do modelo capitalista, que usa da misoginia, do racismo, da LGBTQIAPN+fobia e da exploração de recursos e da força de trabalho como instrumento de dominação (Arruzza et al., 2019).

ACP: A Relação é a Base de Tudo

“Acreditamos que a melhor maneira de se ajudar alguém é acreditar na condição natural da pessoa de pensar, sentir, buscar e se direcionar no caminho de suas próprias necessidades” (Pinto, 2010).

A Abordagem Centrada na Pessoa é uma corrente de pensamento psicológico (Gobbi, Missel, Justo e Holanda, 2002) que foi desenvolvida, inicialmente, por Carl Rogers, e tem seu início considerado no ano de 1951, com a publicação do livro “Client-centered therapy” (Terapia Centrada no Cliente, título do livro e nome inicial da abordagem, até posterior reformulação). Ela é pautada, dentre tantas ideias, em quatro fatores fundamentais: a tendência atualizante, que é o que define a teoria da personalidade dessa abordagem, e as três atitudes facilitadoras, que são fundamentais para que o estar com o outro, na clínica, na educação ou em qualquer espaço, seja terapêutico.

Entende-se por tendência atualizante a capacidade inerente que todo organismo tem de regular-se em direção àquilo que for melhor à sua existência, desenvolvendo suas potencialidades de maneira favorável ao seu enriquecimento (Rogers, 1959). É importante compreender que essa busca pelo melhor não necessariamente vai estar alinhada àquilo que é socialmente definido como melhor, mas dentro do próprio contexto, daquele momento de vida, cada pessoa vai buscar o que enxerga como mais favorável ao seu desenvolvimento, ainda que aos olhos dos outros sejam péssimas saídas (Pinto, 2010).

Pensando sobre a melhor forma de se estar em uma relação de cuidado, que ofereça uma escuta terapêutica, Rogers definiu três princípios chave, conhecidos por atitudes facilitadoras, que permitirão a existência de confiança e cuidado entre os envolvidos naquela dinâmica, sendo elas: compreensão empática, congruência e aceitação incondicional positiva. Segundo John Wood (1994), a compreensão empática seria um estado de consciência em que o ou a psicóloga experiencia e participa de um fluxo de pensamentos e sentimentos junto da outra pessoa, sem distanciar-se da noção de que não pertencem a si e sim ao outro e que ambos existem dentro de um conceito maior, da relação.

A segunda atitude facilitadora, a congruência, é, de acordo com Rogers (1961), a validação daquilo que o terapeuta sente na relação com a pessoa atendida. Esses sentimentos, pensamentos e impressões são legítimos e podem ser assumidos e comunicados caso façam sentido ao terapeuta. Quanto mais a psicóloga estiver atenta e disposta a aceitar a complexidade dos seus sentimentos naquela relação, mais ela será congruente.

Aceitação incondicional positiva, a terceira atitude facilitadora elaborada por Rogers, é a capacidade de considerar o outro, de aceitá-lo dentro dos seus sentimentos, pensamentos e atitudes, independentemente de quais sejam, no que diz respeito à sua experiência e não necessariamente ao seu comportamento (Barros e Müller, 2021); é reconhecer a complexidade daquela pessoa que se coloca à frente do terapeuta, tratando-a



como um ser único e potente em suas questões.

É a junção atenta e ativa desses três elementos que configura a dinâmica de uma relação de cuidado e ajuda sob a ótica da Abordagem Centrada na Pessoa. É ao encontrar-se em um ambiente facilitador, empático e livre de julgamentos que a pessoa terá maiores condições de prestar atenção à sua vida, tendo assim a oportunidade de repensar questões, relações, decisões e, a partir disso, encontrar novas e melhores alternativas, que sejam mais saudáveis para si, a partir da situação em que se encontra.

Buscando Pontos de Diálogo

Para encontrar possíveis convergências entre Feminismos e ACP é importante contextualizar especificamente o mundo em que ambos estão contidos: sociedades capitalistas. O capitalismo não é apenas um sistema econômico, mas uma ordem social institucionalizada que extrapola os limites das relações econômicas e abrange práticas mantenedoras de uma ordem exploratória que visa o lucro da minoria de indivíduos da sociedade.

Em diversos países tanto do norte, quanto do sul global, os últimos anos permitiram a consolidação de uma crise econômica, mas não só, que permitiu a retomada de projetos políticos alinhados ao neofascismo (Arruzza et al., 2019). Nesses cenários, as primeiras perdas são aquelas que afetam a população e garantem aumento dos lucros, como a retirada de direitos trabalhistas, direitos das mulheres, da população LGBTQIAPN+ e de pessoas racializadas. A violência contra populações marginalizadas, no capitalismo, é um estratégico braço que mantém a ordem lucrativa do sistema.

É difundida a ideia de que o homem branco, heterossexual, rico, nascido no hemisfério norte do globo é o melhor e mais poderoso ser da estrutura social, uma vez que representa o retrato do colonizador (Rocha, 2020), que explora e subjuga os demais componentes da sociedade, sendo eles tanto pessoas, quanto recursos. Compreender que há um sistema que opera objetivamente pela manutenção desse modelo de privilégio exploratório, é compreender que, nessa sociedade, poder e dominação andam juntos.

Pensar indivíduos submetidos a esse modelo econômico, político e social, é considerar um sofrimento psíquico constante e inerente à existência humana, pelo menos enquanto o capitalismo ainda é vigente e é também, enxergar a maior parte da população mundial na condição de sujeitos oprimidos. A saída coletiva é pela via da transformação desse sistema social, enquanto as alternativas individuais passam pelo olhar cuidadoso em relação à saúde mental. São atos de resistência que caminham lado a lado, complementando-se e oferecendo alternativas a uma existência atravessada pela violência exploratória e discriminatória imposta pelo capitalismo.

O silenciamento e o isolamento são comuns armas do sistema quando se trata de enfraquecer o levante das minorias, sejam movimentos que acontecem no âmbito individual, como a denúncia de assédio, ou coletivo, em casos de greves e manifestações. Ciente disso, Audre Lorde chama as mulheres à ação ao discursar sobre *A transformação do silêncio em linguagem e ação* (1984). Nesse texto, ao levantar a importância da mobilização das minorias, Lorde coloca também uma percepção pessoal de que expor as angústias, medos e violências pelas quais passou ao longo da vida, tem também caráter emancipatório. E ela explicita: “passei a acreditar, com uma convicção cada vez maior, que o que me é mais importante deve ser dito, verbalizado e compartilhado, mesmo que eu corra o risco de ser ferida ou incompreendida” (Lorde, 1984, p.51).

Quando as feministas se organizam, sua luta é a materialização do compartilhamento da voz de cada ser, que expôs seu sofrimento e transformou a violência em movimento coletivo por direitos e liberdade. Lorde (1984, p.166) reforça a extrema importância de que esse levante seja coletivo e universal, ao dizer “não serei livre enquanto qualquer outra mulher for prisioneira, ainda que as amarras dela sejam diferentes das minhas. E não sou livre enquanto uma pessoa de cor permanecer acorrentada. Nem é livre nenhuma de vocês”.

O caráter emancipatório só se dá quando a mobilização é feita em prol de todos os grupos marginalizados, em todo o globo. E dessa maneira, os Feminismos são o que abarca o coletivo, que olha para a junção das dores de cada indivíduo e endereça mudanças no âmbito social.

Frecchiani e Gomes (2021) afirmam que as experiências individuais não acontecem isoladas no âmbito social, portanto, não se pode ignorar o impacto que o movimento feminista tem na individualidade das mulheres, ao ponto que fazê-lo, seria negligenciar agentes transformadores da experiência de quem se coloca diante de uma psicóloga no contexto de psicoterapia.

A Abordagem Centrada na Pessoa, enquanto detentora de conhecimento relacionado à saúde mental, mas não só, se propõe a dar conta do sofrimento individual, quando busca facilitar maior grau de autoconehecimento à pessoa atendida, pois a partir disso haverá a possibilidade dela encontrar novas saídas que, de acordo com a própria perspectiva, sejam-lhe mais saudáveis.

Ao proporcionar um espaço de escuta empática, realmente livre de julgamentos, pois tem sua compreensão de ser humano pautada na tendência atualizante, a psicoterapeuta da Abordagem oferece não só um acolhimento diferenciado, mas um espaço psíquico de resistência a um modelo social que impossibilita, propositalmente, aos indivíduos a condição de unicidade autêntica.

Frecchiani e Gomes (2021) destacam que reconhecer a opressão nas estruturas sociais e problematizá-las permite que a mulher, enquanto sujeita atendida em psicoterapia, conecte-se consigo mesma e perceba



opressões disfarçadas que lhe cercaram durante toda a vida. Portanto, disponibilizar essa zona segura, ciente de que o todo em volta é opressor, é uma escolha política e uma estratégia de mudança social. A escolha por uma lente feminista, antirracista, anticapitalista e anti LGBTQIAPN+fobia para analisar o mundo em que a pessoa atendida está inserida deve ser proposital, atenta e ativa, bem como se faz congruente com a noção de facilitação de autonomia que a Abordagem propõe.

Fonseca (1984) nos provoca, em seu texto *Psicologia humanista e pedagogia do oprimido. Um diálogo possível?* ao dizer que se torna cada vez mais difícil manter-se humanista e distanciar-se da realidade de desumanização, não se colocando ciente das relações de opressão que regem a vida dos sujeitos que a Psicologia se propõe a auxiliar.

Os Feminismos, enquanto movimentos políticos emancipatórios, são os direcionadores de lutas sociais, militâncias e, portanto, coletividade. Rogers (1970) afirma que o fenômeno de grupos pode provocar no indivíduo mudanças no conceito de si próprio, bem como, na percepção de aumento de suas possibilidades. A Abordagem Centrada na Pessoa, quando vista como um modelo possível de relação de ajuda, é uma abordagem que dá insumos à atuação no campo individual, mais especificamente na manutenção da saúde mental daqueles que estão submetidos às opressões do capital. Quando atenta às influências que o grupo tem sobre a pessoa atendida, é capaz de facilitar o processo de desenvolvimento do sujeito ou sujeita ali presente, uma vez que é dotada de ferramentas como congruência, aceitação positiva incondicional e empatia, que mobilizam a evolução do indivíduo de acordo com sua tendência atualizante.

A sinergia entre Feminismos e Abordagem Centrada na Pessoa se torna explícita quando, ao facilitar a autonomia, a Abordagem Centrada na Pessoa possibilita ao sujeito um vislumbre para além das imposições do sistema, enquanto os Feminismos batalham por mudanças na ordem desse sistema que impõe violências aos indivíduos marginalizados. Ambas as áreas de conhecimento - e atuação prática - se complementam, alcançando espaços que não dão conta quando tratadas individualmente.

Perceber que ambas oferecem bagagem teórica para a execução de uma clínica emancipatória, política e de resistência é compreender apenas um passo de toda uma caminhada que pode ser dada quando se decide unir essas duas visões de mundo. Conectá-las à prática psicoterapêutica é uma decisão individual. Seguir a busca por uma Abordagem, e uma Psicologia, emancipatórias, antirracistas, feministas e fortalecedoras de identidades de gênero e orientação sexual deve ser uma escolha comunitária cada vez mais comum na realidade da Abordagem Centrada na Pessoa.

Fonseca (1984) ressalta ser imperativo que construamos uma Psicologia efetivamente humanista, que possa dialogar com a condição de ser humano oprimido e transformar essa realidade. Para isso, é fundamental que consideremos interseccionalidades na prática clínica, sendo esse um caminho que deveria ser traçado por todos, dado que amplia a profundidade da experiência da sujeita ali presente, bem como é um movimento alinhado com as proposições de Rogers. Isso porque, o próprio autor, precursor da Abordagem Centrada na Pessoa, ressaltou que se faz necessário o desenvolvimento de novas formulações de uma abordagem em constante transformação, o que, em sua essência, impulsiona cada profissional a encontrar maneiras de contribuir para atualizar a manter viva a ACP.

Referências

- Aguiar, I. (2015), *Qual é o seu feminismo? Conheça as principais vertentes do movimento*. Portal Geledés, recuperado em julho de 2023, em <https://www.geledes.org.br/qual-e-o-seu-feminismo-conheca-as-principais-vertentes-do-movimento/>.
- Arruza, C., Bhattacharya, T., Fraser, N. (2019), *Feminismo para os 99%: um manifesto* (Candiani, H.R., Trad.). São Paulo: 1ª edição, Boitempo (2019).
- Barros, F., Müller, F. (2021), A doula como agente facilitador da tendência atualizante. Em Lopes, J. C., Müller, F. (Org.), *Transversalidades na abordagem centrada na pessoa: diálogos, possibilidades e construções*. São Paulo, 1ª edição, Pimenta Cultural
- Beauvoir, S. (1949), *O segundo sexo: fatos e mitos*. (Milliet, S., Trad.). Rio de Janeiro: 5ª edição, Nova Fronteira (2019).
- Botelho, J. (2022), *Vertentes do feminismo: conheça as principais ondas e correntes!* Politize!, recuperado em julho de 2023 em <https://www.politize.com.br/feminismo/>.
- Carneiro, S. (2011), *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo, Selo Negro.
- Davis, A. (1981), *Mulheres, raça e classe* (Candiani, H.R., Trad.). São Paulo: 1ª edição, Boitempo (2016).
- Federici, S. (2019), *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (Coletivo Sycorax Trad.). São Paulo: Elefante.



- Ferreira, G.G., Scherer, G., Aginsky, B.G. (2012), Não tenho preconceito que fique longe: o discurso sobre gênero como construção social e a violência contra LGBT. Em Grossi, P.K. (Org.), *Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber*. Porto Alegre, 2ª edição, EdPUCRS.
- Frecchiani, R. T. R. V., Gomes, I. D. (2021), Tornar-se mulher: articulações entre feminismo e a noção de eu. Em Lopes, J. C., Müller, F. (Org.), *Transversalidades na abordagem centrada na pessoa: diálogos, possibilidades e construções*. São Paulo, 1ª edição, Pimenta Cultural
- Fonseca, A. H. (1984), *Psicologia humanista e pedagogia do oprimido. Um diálogo possível?*, recuperado em agosto de 2024 em <https://gruposerbh.com.br/textos/artigos/artigo03.pdf>
- Gobbi, S.L., Missel, S.T., Justo, H., Holanda, A. (2002), *Vocabulário e noções básicas da abordagem centrada na pessoa*. São Paulo, 2ª edição, Vetor Editora.
- Lorde, A. (1984) *Irmã Outsider* (Borges, S., Trad.). Belo Horizonte: 1ª edição, Autêntica (2020).
- Lugones, M. (2019), Rumo a um feminismo decolonial. Em HOLLANDA, H.B. (Org.), *Pensamento feminista: conceitos fundamentais* (pp.357-378). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Mendonça, C. (2019) *Feminismo Movimento social em apoio às mulheres*. Educa Mais Brasil, recuperado em 23 de agosto de 2024 em <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/feminismo>
- Pinto, M. A. S. (2010), A Abordagem Centrada na Pessoa e seus princípios. Em Carrenho, E., Tassinari, M. e Pinto, M.A.S., *Praticando a Abordagem Centrada na Pessoa: dúvidas e perguntas mais frequentes* (pp.57 - 93). São Paulo, Carrenho Editorial.
- Reif, L. (2019) *Radical, liberal, interseccional... Conheça as principais vertentes do feminismo*. Revista Azmina, recuperado em julho de 2023 em <https://azmina.com.br/reportagens/radical-liberal-interseccional-conhec-as-principais-vertentes-do-feminismo/>.
- Rocha, M.C. (2020). Questões de gênero e ACP: algumas questões quase ingênuas. Em Pinto, M.A.S. (Org.), *Abordagem Centrada na Pessoa e algumas de suas possibilidades* (pp. 125-135). São Paulo: All Print Editora.
- Rogers, C.R., Kinget, M.G. (1959), *Psicoterapia e relações humanas: teoria e prática da terapia não diretiva* (Bizzotto, M.L., Trad). Belo Horizonte: 2ª edição, Interlivros (1977).
- Rogers, C.R. (1961), *Tornar-se pessoa* (Ferreira, M.J.C. e Lamparelli, A., Trad.). São Paulo: 5ª edição, Martins Fontes (1997).
- Rogers, C.R. (1970), *Grupos de Encontro* (Proença, J.L., Trad.). São Paulo: 2ª edição, Martins Fontes (1978).
- Rubio, P. P. (2017), *Primavera das mulheres: 100 questões essenciais para entender o feminismo no mundo contemporâneo* (Cardoso, G.C., Trad.). São Paulo: 1ª edição, Pensamento Cultrix (2020).
- Truth, S. (2014), *E eu não sou uma mulher?* (Pinho, O., Trad.). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Cachoeira)/University of Texas (Austin). *Discurso proferido como uma intervenção na Women's Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851*, recuperado em julho de 2023 em <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>.
- Wood, J.K. (1994), *Abordagem centrada na pessoa*. Vitória: Ceciliano Abel de Almeida/UFES.

Recebido em 31.10.2023 – Primeira Decisão Editorial em 10.04.2024 – Segunda Decisão Editorial em 23.08.2024 – Aceito em 12.05.2025